

GEILSA KÁTIA SANT'ANA

Prefácio

Bruno Dantas

EXECUÇÃO FISCAL
ADMINISTRATIVA NO BRASIL
UMA PROPOSTA POSSÍVEL

Belo Horizonte

editora
Del Rey

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Custavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimaraes Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sergio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S232e Sant'ana, Geilsa Kátia

Execução fiscal administrativa no Brasil: uma proposta possível / Geilsa Kátia Sant'ana. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024.

165 p. 14,5x21,5 cm
ISBN 978-65-5518-623-9

1. Estado Social. 2. Desjudicialização. 3. Execução fiscal administrativa. 4. Paradigmas e mecanismos inovadores. 5. Eficiência. 1. Título.

CDD: 340
CDU: 340

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANT'ANA, Geilsa Kátia. *Execução fiscal administrativa no Brasil: uma proposta possível*. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024. 165 p. ISBN 978-65-5518-623-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Bruno Dantas	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
DA EXECUÇÃO FISCAL NO BRASIL.....	23
1.1 Definição.....	23
1.2 Contextualização normativa	24
1.2.1 Decreto-Lei nº 960/38	25
1.2.2 Código de Processo Civil de 1973	26
1.2.3 Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80).....	28
1.3 Diagnóstico: dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça	33
CAPÍTULO 2	
EXECUÇÃO FISCAL NO DIREITO COMPARADO.....	47
2.1 Países europeus.....	48
2.2 Países norte-americanos	56
2.3 Países sul-americanos.....	67
2.4 Tendência mundial à implantação de mecanismos de desjudicialização para cobrança de créditos públicos.....	71
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 5.080/2009 EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO.....	75
3.1 Origem do projeto de Lei nº 5.080/2009	76
3.2 Aspectos gerais do projeto de Lei nº 5.080/2009	79
3.3 Razões e contrarrazões à aprovação do Projeto de Lei nº 5.080/2009..	89
3.3.1 Críticas ao PL nº 5.080/2009	90
3.3.2 Contrarrazões às críticas ao PL nº 5.080/2009	92

CAPÍTULO 4

UM NOVO PARADIGMA PARA A EXECUÇÃO FISCAL	105
4.1 Prerrogativas da Fazenda Pública	105
4.2 Proposta de um novo paradigma	111
4.2.1 Do princípio da eficiência	113
4.2.2 Novo paradigma para o Poder Executivo	115
4.2.3 Novo paradigma para o Poder Legislativo	116
4.2.4 Novo paradigma para o Poder Judiciário	119

CAPÍTULO 5

EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA COMO PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	125
5.1 Propostas de inclusão de mecanismos inovadores ao PL nº 5.080/2009	125
5.1.1 Localização do executado	126
5.1.2 Localização de bens do executado.....	127
5.1.3 Sistema nacional de leilões	129
5.1.4 Controle de legalidade administrativo da inscrição em dívida ativa	129
5.1.5 Responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos	133
5.1.6 Capacitação e política remuneratória adequada para os agentes públicos.....	134
5.1.7 Possibilidade de aditamento da CDA e ajuizamento “inteligente” .	136
5.1.8 Núcleos especializados para recuperação de grandes créditos	138
5.1.9 Normatização do uso da exceção de pré-executividade	138
5.1.10 Ampliação das prerrogativas da Fazenda Pública na cobrança de seus créditos	141
5.1.11 Cobrança de custas na execução fiscal administrativa	141
5.1.12 Previsão de cooperação entre os países membros de blocos econômicos	142
5.1.13 Instituição de Conselho e Código de Defesa do Contribuinte.....	142
5.1.14 Estabelecimento de metas de arrecadação.....	143
5.2 Outros meios alternativos à judicialização para satisfação do crédito tributário	144
CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS.....	157